

O conceito de hermenêutica da distanciação em Paul Ricoeur

Élsio José Corá
Faculdade UNILAGOS
Mangueirinha, PR

Resumo: O presente estudo busca, por meio da elaboração do conceito de hermenêutica da distanciação de Paul Ricoeur (1913 - 2005), refletir acerca da forma de comunicação inter-humana, estabelecida através do texto e tomada como modelo de distanciação. Por meio deste conceito, revela-se um aspecto importantíssimo da experiência histórica humana, reconhecida pelo autor, como uma comunicação na e pela distância. O estudo buscou, ainda, desvelar nesta noção a confirmação da função positiva e produtora do conceito de distanciação no interior da experiência histórica humana.

Palavras-chave: Texto. Distanciação. Hermenêutica. Linguagem.

Abstract: This study draws on the hermeneutics of distancing concept by Paul Ricoeur (1913 - 2005) in order to reflect upon the form of inter-human communication that is established through the text and taken as a model of distancing. Through this concept an important aspect of human historical experience is revealed and acknowledged by the author, as a communication within and by distance. The study also attempts to unveil the confirmation of the positive and producing function of the concept of distancing within the historical human experience.

Key words: Text. distancing. Hermeneutics. Language.

1. Introdução

O conceito de distanciação, elaborado e estruturado por Ricoeur (1989), possui cinco temas centrais: a) a realização da linguagem como discurso; b) a realização do discurso como obra estruturada; c) a relação da fala com a escrita no discurso e nas obras de discurso; d) a obra de discurso como projeção de um mundo; e) o discurso e a obra de discurso como mediação da compreensão de si. Esses itens, a saber, formaram os critérios de textualidade.

O mundo da obra, tomado no seu conjunto enquanto discurso-obra-escrita, desenvolve-se de tal maneira que se torna o núcleo ordenador da questão hermenêutica. O papel do texto passa a ser central, pois é por meio dele que se abre a perspectiva denominada de mundo da obra. É face ao texto

que a obra desenvolve, descobre, revela um si-mesmo mais amplo e capaz de compreender-se diante do texto.

2. A realização da linguagem como discurso

Como primeiro aspecto relevante, a noção de distanciação procura mostrar que o discurso, mesmo sendo oral, apresenta aspectos primitivos de distanciação na esfera do acontecimento e da significação. Pode-se presenciar isso na medida em que se observa que alguma coisa acontece quando alguém fala.

Para Ricoeur (1989) o discurso, como acontecimento, se realiza, temporalmente, no presente. Em segundo lugar, que alguém, ao falar, exprime-se. Em terceiro lugar, que o discurso está ligado a alguma coisa, havendo um mundo que ele busca descrever, exprimir ou representar. Neste sentido, o autor define a noção de acontecimento como “a chegada à linguagem de um mundo por intermédio do discurso.” (RICOEUR, 1989, p. 112). Associa-se a isto a noção de troca, operacionalizada no discurso, pois esse se estende, enquanto discurso, a um outro mundo, a uma outra pessoa. O acontecimento, enquanto diálogo entre interlocutores, efetiva-se na troca temporal de dois indivíduos ou mais.

O segundo momento do par constitutivo do discurso é o polo da significação, ou seja, diz respeito ao sentido do próprio discurso. Ricoeur (1989, p.112) aponta que é na “[...] tensão entre estes dois pólos, acontecimento-significação, que nasce a produção do discurso como obra, a dialética da fala e da escrita, e todos os outros traços do texto que irão enriquecer a noção de distanciação.” Ao inserir o par dialético, acontecimento e sentido, Ricoeur tem claro que todo o discurso efetuado como acontecimento será, por sua vez, compreendido como significação. Existe aqui uma diferenciação entre aquilo que se quer compreender e o que permanece de fato. Neste processo, aclara Ricoeur, o ato passageiro do acontecimento não se torna o que se quer compreender, mas é a significação daquilo que permanece do próprio acontecimento e que vale a pena compreender.

Outra característica marcante do discurso é observada no momento em que o próprio discurso supera-se mediante a sequência da compreensão do acontecimento na significação. Essa superação do acontecimento na significação é entendida por Ricoeur (1989, p.113) como a própria intencionalidade da linguagem, ou seja, que ela própria possui como característica “[...] um *meinen*, uma mira significante.” A significação abrange, desta forma, todos os níveis de exteriorizações intencionais que tornam possível a explicitação do discurso na obra e na escrita.

3. O discurso como obra

O discurso como obra é proposto por Ricoeur (1989) com base em três traços distintivos: a) a obra é tomada como uma sequência mais longa que a frase que, por sua vez, gera um novo problema de compreensão relativo à

totalidade finita e fechada que a obra como tal constitui; b) a obra é colocada sob uma forma de codificação, o gênero literário, que se aplica à própria composição, tornando o discurso ou uma narração, ou um poema, ou um ensaio; e c) a obra, por fim, ganha o estilo, uma configuração única que a liga a um indivíduo.

O discurso como obra, discutido anteriormente, está caracterizado pela composição e a pertença a um gênero e estilo individual. Através desses traços, a obra desvela novas categorias que, oportunamente, Ricoeur relaciona à *práxis* e à *technè*. O primeiro conceito está ligado à ação no sentido da ética, isto é, a ação que se esgota nela mesma, pois não produz algo objetivo. Porém, o segundo conceito é entendido pela ideia de produção. A ação é exterior ao agente, ela é objetiva, pois visa à fabricação de algo, por exemplo, uma cadeira, uma mesa.

A abrangência do que a *technè* significa para os gregos é muito mais significativa que sua tradução usual para nós como arte. Na opinião de Puentes (1998, p. 129) o conceito de *technè* “[...] não se refere apenas e tão somente à habilidade ou destreza de um especialista qualificado capaz de produzir com maestria algum artefato, mas também a uma dimensão teórica e especulativa. Em outras palavras, a *technè*, portanto, é para os gregos uma forma de conhecimento.” Além disso, para Puentes (1998, p. 130ss), tomada no plano psicológico, ela é disposição (*héxis*) gerada na alma do artista pelo repetitivo exercício de trazer à existência aquelas formas que preexistem em sua mente.

A linguagem torna-se o material a ser trabalhado e formado e o discurso passa a ser efetuado como objeto da *práxis*. O exemplo esboçado por Ricoeur é o da obra literária por ser ela o resultado de um trabalho que organiza a linguagem. Na obra literária, por exemplo, “[...] ao trabalhar o discurso, o homem opera a determinação prática de uma categoria de indivíduos: as obras de discurso.” (RICOEUR, 1989, p.115). Nesse ponto, a significação é conduzida para a obra individual e passa a adquirir uma nova especificação.

As noções de acontecimento e sentido inserem-se na noção de obra por ser o discurso realizado através da ordem de produção e trabalho. Ricoeur (1989, p.116) é categórico ao colocar a obra como “[...] mediação prática entre a irracionalidade do acontecimento e a racionalidade do sentido.”, entendendo o acontecimento como a própria estilização e essa, por sua vez, como produtora de uma situação complexa, marcada por conflitos. Esse desenvolvimento da estilização efetua-se no centro de uma experiência já organizada e, ao mesmo tempo, aberta a novas indeterminações. Desta forma, o acontecimento e o sentido possuem na obra a mediação necessária. As noções de acontecimento e sentido ficam evidentes na noção de estilo que acumulam ambas.

O fato de a obra ganhar um *estilo* e, conseqüentemente, uma configuração única que a liga a um indivíduo único, lhe confere a ideia de um universo concreto dentro da obra. O estilo confere ao discurso a peculiaridade

de acontecimento dentro da obra. Nesse caráter do discurso, a obra realiza-se como sentido e confere ao indivíduo traços singulares, que o tornam reconhecível dentro de uma construção narrativa.

A partir do estilo, da obra e da produção do trabalho, a questão do sujeito recebe um novo tratamento que pode ser demonstrada pela figura do modelo artesão que passou a registrar em sua obra a sua assinatura. “De fato, a noção de autor, que vem qualificar, aqui, a de sujeito falante, aparece como o correlato da individualidade da obra.” (RICOEUR, 1989, p.117). O estilo acrescenta o individual que permite reconhecer o autor e, conseqüentemente, possibilita designá-lo como artífice da linguagem.

A singularidade de sua interpretação encontra-se, correlativamente, ligada à singularidade da obra, tornando possível ao homem singularizar-se ao produzir obras individuais. Neste sentido, Ricoeur (1989, p. 117) salienta a assinatura ou carimbo do artista que torna possível a individualização, tanto da obra quanto do autor: “[...] o homem individualiza-se ao produzir obras individuais. A assinatura é a marca desta relação.” O resultado das objetivações produzidas pelo homem possibilita conceber a interpretação como sinônimo da distanciação.

4. A relação da fala com a escrita

A pergunta fundamental a respeito da relação entre a fala e a escrita é a seguinte: “que acontece ao discurso quando passa da fala à escrita?” (RICOEUR, 1989, p.118). Que tipo de acontecimento origina-se pelo acesso à escrita já que o primeiro aspecto a ser levado em conta nesta relação é o fator material e externo proporcionado pela mesma e capaz de fixar o acontecimento de modo a evitar a sua perda? O fator de fixação permite ao texto tornar-se independente do autor. Essa característica, veiculada pela escrita, confere ainda uma dissonância entre o que o autor quis dizer e o que o texto significa enquanto tal.

O que rege a autonomia do texto perante o autor é visualizado por Ricoeur no seguinte esquema: a significação mental ou psicológica significa a intenção do autor; e a significação verbal significa o texto propriamente dito. Por meio desse quadro operacional, identifica-se uma dissociação entre autor e texto que conduz ambos por destinos diferentes. Por sua vez, a emancipação do texto - graças à escrita - permite ao mesmo independizar-se do mundo do autor.

Segundo Ricoeur (1989, p.119), “[...] o texto deve poder, tanto do ponto de vista sociológico como psicológico, descontextualizar-se de maneira a deixar-se recontextualizar numa situação nova: é o que faz, precisamente, o ato de ler.” Este movimento contínuo processado através da leitura, revela duas novas situações: a primeira, evidencia-se no fato de que da mesma forma que o texto transcende o seu autor, a mesma independência surge em relação ao leitor. A segunda situação diz respeito a essa sequência

autor-texto-leitor que, através da leitura, assim como numa obra de arte, permite sempre novas interpretações.

Ao tratar da abordagem empreendida pelo autor sobre o sentido do texto, em Ricoeur, Veilleux (1995) comenta que, uma vez que um texto saiu das mãos de seu autor, este adquire uma existência própria e assume um novo sentido cada vez que é lido - cada leitura é uma interpretação, que é, ao mesmo tempo, a revelação de uma das quase infinitas possibilidades contidas no texto.

O que se constata é que o autor procura demonstrar que a distanciação está em paralelo com a questão do texto como escrita e que esse fenômeno se apresenta de tal maneira que chega a condicionar a própria compreensão do texto. Nessa instância, já não é mais possível mostrar a coisa de que se fala como pertencendo à situação comum, aos interlocutores do diálogo. O problema da escrita, segundo Ricoeur (1988), torna-se um problema hermenêutico quando se refere ao seu polo complementar que é a leitura. Surge, então, uma nova dialética: a da distanciação e a da apropriação. Entende-se aqui, por apropriação, a contrapartida da autonomia semântica, que separou o texto do seu escritor.

O apropriar-se encontra na obra ricoeuriana vários sinônimos que o explicitam, por exemplo, o tomar para si, o apossar-se que, em geral, corresponde ao fazer seu o que é alheio. Conforme Ricoeur (1988) há uma necessidade geral de fazer nosso o que nos é estranho, ou seja, há um problema geral de distanciação.

A definição do conceito de distância não simplesmente como um fato, um dado ou o efetivo hiato espacial e temporal entre nós e o aparecimento de tal e tal obra de arte ou de discurso, faz com que Ricoeur (1988, p.55ss) o defina em sentido dialético: “[...] o princípio de uma luta entre a alteridade, que transforma toda a distância espacial e temporal em alienação cultural, e a ipseidade, pela qual toda a compreensão visa a extensão da autocompreensão.”

O que se segue a partir disso é que a distanciação não é um fenômeno quantitativo, mas, segundo o autor, é a contrapartida dinâmica da nossa necessidade, do nosso interesse e do esforço em superar a alienação cultural. O que surpreende nesse processo é que o escrever e o ler tomam lugar nesta luta cultural. Ricoeur (1988, p.55ss) exemplifica a leitura definindo-a como sendo o *pharmakon*, o remédio pelo qual a significação do texto é resgatada do estranhamento da distanciação; e, posta numa nova proximidade que suprime e preserva a distância cultural e inclui a alteridade na ipseidade.

Estas novas aberturas originadas no texto tornam-se assim um problema de interpretação. Além deste problema, Ricoeur (1989) admite, como consequência da própria emancipação da coisa escrita em relação à condição dialógica do discurso, que já não se pode mais colocar a relação entre escrever e ler como sendo um caso particular da relação entre falar e ouvir.

Nesse contexto, pode-se entender melhor a frase basilar de Ricoeur (1996, p. 43): “[...] a hermenêutica começa onde o diálogo acaba.”

5. O mundo do texto

A expressão mundo do texto encontra-se, fundamentalmente, ligada à tarefa da hermenêutica. A ligação efetiva-se no momento em que se emprega a distanciação pela escrita e a objetivação pela estrutura da obra, em que a capacidade do discurso mostra-se no visar às coisas, na aplicação à realidade e na busca de exprimir o mundo. Há uma dificuldade que surge no momento em que o discurso se torna texto, ou seja, para Ricoeur (1989, p.120) o problema reside na tentativa de responder à seguinte indagação: “[...] no que é que se torna a referência” quando o discurso vira texto?

A dificuldade que se estabelece na questão da referência, aplica-se tanto ao discurso oral, quanto à escrita. No primeiro momento, este problema é resolvido através da capacidade de mostrar uma realidade comum a ambos os interlocutores, conforme a rede espaço-temporal, cuja característica Ricoeur denomina como o aqui e o agora dos interlocutores (caráter ostensivo do discurso). No segundo momento, e que diz respeito à escrita, já não se pode solucionar a questão pelo âmbito do aqui e do agora, pois tanto o autor quanto o leitor não estão situados na mesma dimensão espaço-temporal. O resultado desse segundo plano é denominado de fenômeno da literatura. Esse possui, por um lado, a possibilidade de sua existência na ausência do caráter revelador do discurso e, por outro lado, a possibilidade de resolver o impasse do banimento espaço-temporal da realidade dada.

É com o surgimento de certos gêneros literários, “[...] geralmente ligados à escrita, mas não necessariamente tributários da escrita, que esta abolição da referência ao mundo dado é levada às suas condições mais externas.” (RICOEUR, 1989, p.121). O autor tem aqui em vista as literaturas de ficção, que podem ser o conto, a novela, o teatro e o romance, bem como a literatura que pode ser designada como sendo poética, em que, nesse caso, a linguagem se apresenta glorificada para si mesma. Contudo, por mais que esses gêneros se apresentem como fictícios, admite-se que não exista discurso que não leve à realidade. Ainda nesse aspecto, a tese do autor é de que

a abolição de uma referência de primeira categoria, abolição operada pela ficção e pela poesia, é a condição de possibilidade para que seja libertada uma referência de segunda categoria que atinge o mundo, não apenas ao nível dos objetos manipuláveis, mas ao nível que Husserl designava pela expressão *lebenswelt* e Heidegger pela de ser-no-mundo. (RICOEUR, 1989, p.121).

Por meio do referencial da obra de ficção, o problema hermenêutico apresenta-se de forma basilar, pois deverá responder ao que permanece para ser interpretado pela hermenêutica, se já não podemos defini-la “[...] como a investigação de outrem e das suas intenções psicológicas que se dissimulam atrás do texto e se já não queremos reduzir a interpretação à desmontagem das

estruturas [...] Responderei: interpretar é explicitar o modo de ser-no-mundo exposto diante do texto.” (RICOEUR, 1989, p.121).

Assim, o ato de compreender não se encontra mais ligado à compreensão do outro, mas é uma estrutura do ser-no-mundo. O que permanece deste processo na teoria do texto é que o que se deve interpretar em um texto é uma proposta de mundo que possa, ser ao mesmo tempo, habitável e que possa projetar-se nele uma das quase infinitas possibilidades contidas no texto.

A narrativa refere-se a um mundo que deve ser considerado o outro do texto, mas que é expresso na narração e mediante a narração. O texto literário exprime experiências a partir da realidade não literária, embora no *modus* do possível. Nesta medida, aquilo que é interpretado num texto é a proposta ou sugerimento de um mundo no qual eu vivo e que poderia criar minhas possibilidades pessoais. (HAKER, 2002, p. 67ss). O que o autor denomina mundo do texto é o mundo próprio a este texto único em que nos encontramos.

Diferentemente da linguagem cotidiana, o mundo do texto possibilita um distanciamento do real em relação a si mesmo - é o aspecto da distanciação da apreensão da realidade empregada através da ficção - que sempre abre novas possibilidades ao ser-no-mundo. Essa mudança é possível graças ao que Ricoeur designa como variações imaginativas, que viabilizam a literatura para atuar na realidade.

A característica fundamental da ficção e da linguagem poética, como mostra Ricoeur (1989), consiste em que a primeira possui como propriedade a capacidade de redescrever a realidade¹; e que ela, por sua vez, como entende Aristóteles, possui o privilégio de imitar (*mimèses*) e de recriar a realidade através de uma fábula (*mythos*), atingindo o seu significado mais profundo. O autor denomina essa peculiaridade de configuração narrativa, e atesta que essa característica deve-se à noção de intriga que foi herdada do conceito de *mythos* antigo. Conforme Ricoeur (1995, p.16):

O tecer da intriga foi definido, no plano mais formal, como um dinamismo integrador, que tira uma história una e completa de um diverso de incidentes, ou seja, transforma esse diverso em uma história una e completa. Essa definição formal abre o campo para transformações organizadas que merecem ser chamadas intrigas desde que nelas possam ser discernidas totalidades temporais a operar uma síntese do heterogêneo entre circunstâncias, objetivos, meios, interações, resultados desejados ou não.

É justamente esta característica de imitação e esta capacidade de recriar a realidade que a hermenêutica deverá trazer para seu interior, desse modo apropriando-se dessa forma de distanciação. O aspecto relevante que, constantemente, quer fluir, mas permaneceu até agora encoberto é, justamente, o papel central atribuído à *mimèses* no projeto ricoeuriano. Essa capacidade

¹ No intuito de ampliar esse ponto, sugere-se a leitura do artigo elaborado por Ricoeur em 1972, na *Revue de Métaphysique et de Morale*, tome 70, intitulado *La métaphore et le problème central de l'herméneutique*, p. 93-112.

de imitar a realidade é herdada de Aristóteles, que a definia como sendo “[...] natural ao homem desde sua infância – e nisso difere dos outros animais, em ser o mais capaz de imitar e de adquirir os primeiros conhecimentos por meio da imitação – e todos têm prazer em imitar.” (ARISTÓTELES, 1996, p. 33).

Segundo Aristóteles (1996) está na fábula a imitação da ação humana. A fabula é entendida como sendo a reunião das ações. Estas, por sua vez, seguem uma disposição, pois “[...] a tragédia é imitação, não das pessoas, mas de uma ação, da vida, da felicidade, da desventura; a felicidade e a desventura estão na ação, e a finalidade é uma ação, não uma qualidade.” (ARISTÓTELES, 1996, p. 37). Por último, vale ressaltar “[...] que a obra do poeta não consiste em contar o que aconteceu, mas sim as coisas que podiam acontecer, possíveis no ponto de vista da verossimilhança ou da necessidade.” (ARISTÓTELES, 1996, p.39). Ricoeur, ao tratar desses conceitos em seus textos, tem claro consigo que o *mythos* da tragédia quer dizer, ao mesmo tempo, a fábula e a intriga, ou seja, a tragédia é *mímeses*. Esta última, por sua vez, deve ser aceita como sendo a imitação criadora da ação humana. Neste sentido, “Paul Ricoeur situa a *necessidade* não apenas como um elemento do conjunto do sistema aristotélico, mas como elemento que constitui forçosamente uma *mimesis*.” (TREVISAN, 2000, p. 49). A partir do conceito de *mimesis*, Ricoeur articula a relação entre tempo e narrativa, o que lhe rendeu o sugestivo título de uma de suas obras: *Temps et récit*.

6. Compreender-se perante a obra

Ao tratar do compreender-se perante a obra, chega-se ao ponto central que conduz à hermenêutica do si-mesmo em Ricoeur. O significado posto pelo autor neste conceito é o de que o texto viabiliza a mediação e a compreensão de nós mesmos, graças ao surgimento de um novo elemento, a subjetividade do leitor.

A forma de discurso oral em que ambos os interlocutores encontram-se frente a frente, num mesmo espaço-temporal, comum na condição de um aqui e agora, característico de todo o diálogo é, por sua vez, reconstituído através da obra. A obra possibilita ao leitor instaurar a condição de estar frente a frente, graças ao poder de apropriação que lhe garante uma compreensão pela distância.

O conceito de apropriação, estritamente referido à aplicação do texto ao momento presente do leitor, encontra-se ainda intimamente relacionado ao conceito de escrita e da consequente objetivação da apropriação na obra. Por um lado, temos a distanciação oriunda da escrita que possibilita um afastamento do autor; por outro, o conceito de obra permite, por sua vez, através das objetivações textuais, a garantia de sentido. A partir desse contexto, compreende-se melhor a afirmação de Ricoeur (1989, p.123):

Contrariamente à tradição do Cogito e à pretensão do sujeito de se conhecer a si mesmo por intuição imediata, é preciso dizer que nós apenas nos compreendemos pela grande digressão dos signos de humanidade depositados nas obras de cultura. Que saberíamos nós do amor e do ódio, dos sentimentos éticos e, em geral, de tudo aquilo a que nós chamamos o si, se isso não tivesse sido trazido à linguagem e articulado pela literatura?

O que está em jogo, inversamente à intuição clara e imediata do *cogito* moderno, é a mediação, proposta pelo texto, como meio (*medium*) privilegiado de compreensão de nós mesmos. Por esse aspecto de mediação, a linguagem não é mais fundamento, como não é objeto, mas é o meio no qual e pelo qual o sujeito se manifesta e o mundo se mostra. O frente a frente, característico de todo o diálogo, é transposto por meio da apropriação para o mundo da obra.

A articulação que nasce do frente a frente com o mundo da obra, é uma proposta de mundo que “[...] não está atrás do texto, como estaria uma intenção encoberta, mas diante dele como aquilo que a obra desenvolve, descobre e revela.” (RICOEUR, 1989, p.124). Uma expressão central do pensamento de Ricoeur nasce a partir daqui e tem o significado de que compreender é compreender-se diante do texto: “*Je préférerais dire que le lecteur se comprend lui-même en face du texte, en face du monde de l’oeuvre.*” (RICOEUR, 1972, p.108).

Outro conceito que é central nesse processo é o de ação. Ricoeur admite que a noção de texto é um bom modelo para a ação humana, pois ela é, em muitos aspectos, um quase-texto. Conclui a partir disso que,

[...] ao destacar-se do seu agente, a ação adquire uma autonomia semelhante à autonomia semântica de um texto; ela deixa um rastro, uma marca; inscreve-se no curso das coisas e torna-se arquivo e documento. À maneira de um texto, cuja significação se liberta das condições iniciais da sua produção, a ação humana tem um peso que não se reduz à sua importância na situação inicial da sua aparição, mas permite a reinscrição do seu sentido em novos contextos. Finalmente, a ação, como um texto, é uma obra aberta, dirigida a uma sucessão indefinida de <leitores> possíveis. (RICOEUR, 1989, p.177).

O compreender em face de, que o autor procura demonstrar, é contrário ao planejar a si mediante as próprias crenças (*croyances*) e segundo os próprios preconceitos (*préjugés*). Mas, segundo Ricoeur (1972), é preferível deixar a obra e seu mundo alargar (*élargir*) o horizonte da compreensão que se tem de si mesmo. A interpretação torna-se, então, o processo pelo qual o sujeito descobre novos modos de ser, ao mesmo tempo em que lhe oferece novas capacidades de se conhecer.

A relação entre leitor e mundo da obra, segundo Ricoeur (1989), não deve processar-se de maneira a impor ao texto sua capacidade finita de compreender, mas colocar-se diante de, o que significa expor-se ao texto de modo que o mesmo possa revelar uma proposta de existência capaz de romper apropriadamente a proposta de mundo. Nessa articulação, desenvolve-se

uma distinção central entre compreensão e constituição: a compreensão é tomada como sendo contrária a uma constituição a partir da qual o sujeito se apossaria de si mesmo, ao mesmo tempo em que teria um fator diferenciador de constituição do mundo da obra.

7. Considerações finais

A afirmação de uma constituição diante do mundo da obra, valida o papel central que a compreensão possui e aumenta ainda mais o crédito do conceito de distanciamento como condição para a compreensão. O mundo do texto (real e ao mesmo tempo fictício) e a subjetividade do leitor (irrealizada, potencializada, suspensa) se coadunam na medida em que ambas se servem da ficção como dimensão fundamental. Isso permite que Ricoeur (1989) afirme que o leitor só se encontra quando se perde e que a leitura o introduz, de certa maneira, nas variações imaginativas do ego.

O aspecto que, ainda, deve ser destacado é a capacidade de mudança do ego, como destacaram Sigmund Freud (1856-1939) e Karl Marx (1818-1883), na crítica às ilusões. Essa crítica deve ser anexada à compreensão de si e, ao mesmo tempo, deve permitir a reavaliação da distância existente do si a si. Ricoeur (1989), em acordo com isso, insiste que a compreensão é tanto desapropriação quanto apropriação.

A propósito dos assim chamados por Ricoeur mestres da suspeita, Rocha (2000) destaca que é a partir de Nietzsche (1844-1900), Marx e Freud que Ricoeur procura mostrar a nova face da dúvida metódica, diferentemente do método que Descartes havia proposto. Neste novo enfoque, o sujeito deve aprender a duvidar da consciência, assim como Descartes havia ensinado a duvidar das coisas. Na interpretação de Franco (1995, p. 86),

[...] no instante em que a consciência passa a ser problema, depois de Freud, Nietzsche e Marx, então as coisas mudam. A consciência passa a ser tarefa e só pode ser indiretamente alcançada. A reflexão não pode ser uma intuição sobre si. A consciência precisa ser reapropriada.

Em qualquer um dos mestres da suspeita, as análises são conduzidas por caminhos diferentes; no entanto, a consciência tende a tornar-se, nestes autores, uma falsa consciência. Em Marx, por exemplo, a consciência reflete as condições econômicas das relações sociais num contexto determinado. Neste sentido, para Ricoeur (1989, p.124), “[...] já não se pode opor hermenêutica e crítica das ideologias. A crítica das ideologias é o percurso necessário que deve tomar a compreensão de si, se esta tiver que se deixar formar pela coisa do texto e não pelos preconceitos do leitor.”; com Nietzsche, ela não é mais que um epifenômeno da força vital; e, por fim, com Freud, pelo dinamismo do inconsciente, culmina-se por duvidar da própria consciência. Por fim, é levando em conta estas vias, que Ricoeur pretende aceder às raízes da realidade humana.

Referências

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Nova cultural, 1996.

FRANCO, S. de G. *Hermenêutica e psicanálise na obra de Paul Ricoeur*. São Paulo: Loyola, 1995.

HAKER, H. *Narrativa e identidade moral na obra de Paul Ricoeur*. Trad.: Gentil Avelino Tilton. Revista Concilium. São Paulo: Vozes, 2000, p. 67-77.

PUNTES, F. R. A *téchne* em Aristóteles. *Revista Hypnos*, ano.3, n.4, 1998.

RICOEUR, P. *Do texto à acção*. Trad. Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: RÉ, 1989.

RICOEUR, P. La métaphore et le problème central de l'herméneutique. *Revue de métaphysique et de morale*. tome 70, 1972, p. 93-112.

RICOEUR, P. *O discurso da acção*. Trad. Artur Morão. Lisboa: edições 70, 1988.

RICOEUR, P. *Paul Ricoeur, autobiografia intelectual*. Lisboa: Instituto PIAGET, 1995.

ROCHA, A. E. Hermenêutica e estruturalismo. *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 56. tomo LVI, jan./fev., 2000, p.87-123.

TREVISAN, A. *Filosofia da Educação*. Mimesis e razão comunicativa. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

VEILLEUX, A. *Lectio Divina como escola de oração entre os padres do deserto*. Conferência ministrada no Centro Sain-Louis-des-Français, Roma, Novembro 1995. Disponível em: [http://: www. users.skynet.be](http://www.users.skynet.be). Acesso em 12 nov. 2006.